

REPENSANDO AS DIFERENÇAS NA ESCOLA: DIÁLOGOS ENTRE INTERCULTURALIDADE CRÍTICA, DECOLONIALIDADE E ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Marcela de Castro Moreira¹
Ana Paula da Silva Santos²

RESUMO

O presente estudo, parte inicial de uma pesquisa de mestrado, objetiva discutir como o ensino da língua portuguesa considera as questões sobre as diferenças (raça, de gênero, sexualidade, classe, religião e etnia), levando em consideração o apagamento e silenciamento epistemológico e cultural dos povos colonizados e subalternizados historicamente e como esse aspecto influencia as práticas pedagógicas nos dias atuais. Marcos Bagno (2019) e Moita Lopes (2002) defendem que a escola deve reconhecer e respeitar a pluralidade cultural e linguística, promovendo um ambiente inclusivo e de diálogo. Nesse sentido, propõem-se, a compreensão da interculturalidade crítica e decolonial, como ferramentas, que questionam o eurocentrismo e dialogam com a pluralidade cultural dos/as estudantes, entendendo as diferenças culturais como constitutivas de todos e todas, e, portanto, uma questão fundamental a ser discutida nas práticas pedagógicas, no conhecimento escolar, nas relações interpessoais e, em suma, no currículo escolar (Candau, 2023). Tem-se como problemática de pesquisa, como professores/as de Língua Portuguesa do município de Itapemirim/ES lidam com as diferenças em suas práticas pedagógicas na sala de aula. Apresenta-se resultados a partir da pesquisa bibliográfica e revisão de literatura, que demonstram a importância de uma educação inclusiva e crítica que valorize a diversidade cultural dos alunos. Nota-se que as práticas pedagógicas tradicionais frequentemente falham em reconhecer e integrar as múltiplas identidades culturais presentes nas salas de aula, e propõem a necessidade de reformulações curriculares que incorporem perspectivas interculturais e decoloniais. Esse ponto de convergência evidencia um consenso sobre a urgência de uma abordagem pedagógica que vá além do eurocentrismo e inclua diversas vozes e experiências culturais. Com isso, reafirma-se, que essas diferenças não devem ser tratadas como obstáculos, mas sim como elementos valiosos que enriquecem o ambiente escolar. Dessa forma, investir nas diferenças é promover uma educação mais justa e transformadora.

Palavras-chave: Língua Portuguesa; Interculturalidade; Decolonialidade; Diferenças; Práticas pedagógicas.

¹Mestranda do Curso de Educação da Universidade Estácio de Sá - RJ, marceladecastromoreira@hotmail.com;

²Doutora pelo Curso de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro- Puc - RJ, ana.ssantos@estacio.br;



INTRODUÇÃO

O ensino da Língua Portuguesa ocupa um papel central na formação dos sujeitos e na construção de identidades no espaço escolar. Mais do que um conjunto de regras e normas gramaticais, a língua constitui-se como um instrumento de poder, de representação e de pertencimento social. Nesse sentido, compreender como as práticas pedagógicas podem contribuir para o reconhecimento das diferenças de raça, gênero, classe, etnia, religião e sexualidade torna-se um desafio fundamental para a consolidação de uma educação democrática e inclusiva. Assim, a escola, enquanto espaço de socialização e produção de saberes, deve ser analisada não apenas como reprodutora de estruturas históricas de dominação, mas também como território de resistência, diálogo e transformação.

Nos últimos anos, as discussões sobre interculturalidade crítica e decolonialidade têm ampliado o debate em torno da educação linguística, propondo um ensino que valorize as múltiplas vozes, saberes e identidades presentes na sala de aula. Tais perspectivas, defendidas por autores como Candau (2013) e Walsh (2018), questionam o predomínio de epistemologias eurocêntricas que, historicamente, orientam o currículo escolar e marginalizam as formas de expressão cultural e linguística de grupos subalternizados. Dessa forma, repensar o ensino da Língua Portuguesa sob essa ótica significa desconstruir a lógica da homogeneização e reconhecer a pluralidade como potência formativa e emancipatória.

O presente estudo tem como objetivo analisar de que modo o ensino da Língua Portuguesa pode promover o reconhecimento das diferenças e contribuir para uma prática pedagógica fundamentada na interculturalidade crítica e na decolonialidade. A pesquisa justifica-se pela relevância social e educacional de discutir o papel da escola na superação do preconceito linguístico e na valorização da diversidade cultural, em um contexto ainda marcado por desigualdades e exclusões simbólicas.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico, desenvolvida a partir da leitura, análise e interpretação de produções científicas publicadas nos últimos vinte anos. Foram selecionados estudos que abordam a relação entre língua, poder e identidade, bem como reflexões sobre práticas pedagógicas voltadas à justiça social. A análise foi organizada em três categorias principais: a escola como espaço de produção das diferenças, a interculturalidade crítica e a ética docente, e a decolonialidade e a linguagem como prática de poder.



Os resultados obtidos indicam uma convergência teórica entre os autores analisados quanto à necessidade de repensar o ensino da Língua Portuguesa como prática política e emancipatória. Os estudos demonstram que a escola, ao adotar uma postura intercultural, pode transformar-se em um espaço de reconhecimento e valorização das identidades múltiplas que a compõem.

Dessa forma, esta pesquisa evidencia que o ensino da Língua Portuguesa deve ultrapassar os limites da norma culta e da padronização linguística, assumindo um compromisso ético e político com a diversidade. Ao reconhecer a linguagem como prática social e cultural, a escola contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, críticos e participativos, capazes de dialogar com o outro e transformar a realidade em que vivem.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, tendo a revisão de literatura, por basear-se na análise, sistematização e interpretação de produções científicas já publicadas sobre o tema. De acordo com Gil (2019), a pesquisa bibliográfica tem como objetivo principal proporcionar um exame aprofundado de determinado fenômeno a partir de materiais já elaborados, como livros, artigos científicos, dissertações e teses, permitindo ao pesquisador compreender o estado atual do conhecimento sobre o assunto.

A revisão foi conduzida com o propósito de investigar como o ensino da Língua Portuguesa dialoga com as diferenças de raça, gênero, sexualidade, classe, religião e etnia, a partir das perspectivas da interculturalidade crítica e da decolonialidade. Para tanto, foram selecionadas produções que discutem a relação entre língua, cultura, identidade e poder, com destaque para os trabalhos de Barbosa (2019), Legramandi (2023), Moreira (2023), Munsberg e Silva (2018), Silva Júnior et al. (2022), Andrade e Silva Júnior (2022), Gomes e Puresa (2020) e Rodrigues e Silvestre (2021), entre outros autores que contribuíram significativamente para o debate contemporâneo sobre ensino, diversidade e práticas pedagógicas críticas.

A busca dos materiais foi realizada em bases de dados acadêmicas amplamente reconhecidas, como Periódicos CAPES, SciELO e Google Acadêmico, utilizando os descritores: “Língua Portuguesa e Diversidade”, “Língua Portuguesa, Interculturalidade e Decolonialidade”, “Educação Intercultural e Decolonialidade” e “Ensino, Linguística, Interculturalidade e Decolonialidade”. Esses termos foram escolhidos com o intuito de



abranjer estudos relevantes, identificar tendências teóricas e evidenciar desafios contemporâneos na construção de uma educação linguística mais inclusiva e crítica.

Como critérios de inclusão, consideraram-se publicações com recorte temporal dos últimos vinte anos, disponíveis em língua portuguesa e que abordassem o ensino de Língua Portuguesa sob a ótica da diversidade cultural, da interculturalidade e da decolonialidade. Foram excluídos trabalhos que tratavam do ensino de outras línguas, estudos sem relação direta com a temática e materiais duplicados. Ao final, oito produções foram selecionadas por sua relevância teórica e profundidade analítica.

A análise dos textos foi conduzida de forma interpretativa e comparativa, buscando identificar convergências, divergências e lacunas nas abordagens apresentadas pelos autores a luz do referencial teórico. Essa leitura crítica permitiu compreender como as pesquisas têm discutido a necessidade de repensar as práticas pedagógicas do ensino de Língua Portuguesa em uma perspectiva plural, democrática e socialmente comprometida.

Assim, esta metodologia busca consolidar uma compreensão teórica consistente sobre o papel das abordagens interculturais e decoloniais na reconstrução do ensino da Língua Portuguesa, contribuindo para a ampliação das discussões no campo da educação linguística crítica.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino da Língua Portuguesa no Brasil é atravessado por um processo histórico que reflete as marcas da colonização e a influência dos paradigmas eurocêntricos sobre a educação. A construção de uma escola pública marcada pela homogeneização das práticas pedagógicas, pela imposição da norma linguística hegemônica e pela desvalorização das variantes linguísticas e culturais dos estudantes brasileiros evidencia a persistência de um modelo colonial de ensino. Essa herança ainda orienta o currículo e as relações escolares, o que impõe a necessidade de repensar as práticas docentes a partir de uma perspectiva crítica, intercultural e decolonial.

Conforme Bagno (2019), o preconceito linguístico é uma das expressões mais evidentes dessa herança colonial, pois legitima um padrão de fala e escrita que exclui grande parte da população. Ao afirmar que “a imposição da norma culta da língua portuguesa deslegitima as variantes regionais e as línguas indígenas, bem como gera preconceitos que impactam não só a autoestima, mas também a identidade dos falantes dessas variedades”, o autor denuncia a naturalização das hierarquias linguísticas e a



Lopes (2018) corrobora esse pensamento ao defender uma educação linguística que reconheça e valorize a diversidade cultural e linguística. Para a autora, a escola precisa ser um espaço de encontro e diálogo entre diferentes culturas e modos de falar, de forma que as práticas pedagógicas promovam o reconhecimento e o respeito às diferenças. Essa perspectiva amplia o conceito de ensino de língua, deslocando-o da mera normatização gramatical para uma dimensão ética e social da linguagem.

Nesse sentido, a interculturalidade crítica, segundo Candau e Russo (2010), propõe um diálogo horizontal entre as culturas, valorizando a diferença como um princípio estruturante da democracia e da justiça social. As autoras afirmam que as políticas educacionais latino-americanas, desde a década de 1970, vêm incorporando essa abordagem como forma de enfrentar as desigualdades históricas e reconhecer as identidades culturais como dimensões constitutivas do processo educativo. Essa perspectiva exige que a escola repense sua função social e o papel do professor, que passa a atuar como mediador cultural, capaz de reconhecer e valorizar os saberes e experiências dos estudantes.

Negar a padronização e também lutar contra todas as formas de desigualdade e discriminação presentes na nossa sociedade. Nem padronização nem desigualdade. A igualdade que queremos construir assume o reconhecimento dos direitos básicos de todos. No entanto, esses todos não são padronizados, não são os ‘mesmos’. Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elementos presentes na construção da igualdade.

Conforme a autora, a perspectiva intercultural crítica se propõe a pensar uma educação comprometida com a transformação social e com a construção de uma cidadania



Walsh (2017) aprofunda essa reflexão ao afirmar que a interculturalidade crítica deve ser entendida como um projeto político e epistêmico, voltado à criação de novas formas de poder, conhecimento e identidade. A autora entende que a educação, ao incorporar a perspectiva decolonial, pode se tornar um espaço de resistência às estruturas coloniais e capitalistas que ainda organizam as práticas sociais e pedagógicas. Nesse sentido, a interculturalidade não se restringe à coexistência entre culturas, mas implica um reposicionamento ético e epistemológico frente à desigualdade.

Fleuri (2017) complementa ao afirmar que “a interculturalidade crítica aponta, pois, para um projeto necessariamente decolonial. Pretende entender e enfrentar a matriz colonial do poder, que articulou historicamente a ideia de ‘raça’ como instrumento de classificação e controle social com o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico)”. Essa perspectiva permite repensar o papel da escola na produção e circulação de saberes, rompendo com a visão hierarquizada que coloca determinados conhecimentos e modos de vida como superiores aos outros.

Sabe-se que, articular o reconhecimento das diferenças e a valorização, como elemento de construção da igualdade não é uma tarefa simples, nem do ponto de vista teórico, nem das práticas socioeducativas.

Portanto, o referencial teórico que sustenta esta pesquisa compreende o ensino da Língua Portuguesa como um campo de disputa simbólica e política. A perspectiva intercultural e decolonial permite vislumbrar a construção de uma educação linguística que reconheça as diferenças não como obstáculos, mas como elementos constitutivos da aprendizagem e da convivência democrática. Trata-se de um processo contínuo de desconstrução e reconstrução de saberes, de reconhecimento das vozes silenciadas e de abertura ao diálogo entre culturas, consolidando, assim, uma prática pedagógica verdadeiramente emancipadora.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A revisão de literatura realizada evidencia que o ensino da Língua Portuguesa vem passando por um processo de ressignificação, impulsionado pelas discussões em torno da interculturalidade e da decolonialidade no campo educacional. Os trabalhos analisados apontam para a necessidade de repensar o papel da linguagem e da cultura nas práticas pedagógicas, de modo a superar a hegemonia eurocêntrica e reconhecer as múltiplas identidades culturais presentes no contexto escolar.

Os resultados dos estudos de Barbosa (2019), Legramandi (2023) e Moreira (2023) demonstram que a formação docente é um dos eixos centrais para a transformação das práticas de ensino. Barbosa (2019) identifica lacunas curriculares que ainda reproduzem modelos tradicionais e propõe uma reformulação do currículo da licenciatura em Letras, com base nos princípios da Educação Linguística. Esse movimento é complementado por Legramandi (2023), que destaca a importância das pedagogias decoloniais para desconstruir as narrativas homogêneas e abrir espaço para uma educação crítica e plural. Já Moreira (2023) ressalta que, embora os professores reconheçam a relevância da interculturalidade crítica, ainda enfrentam dificuldades práticas e estruturais para aplicá-la em sala de aula, o que reforça a necessidade de uma formação continuada orientada por princípios decoloniais.

A decolonialidade deve ser compreendida como um caminho para a reconstrução das práticas educativas, uma vez que seu princípio central envolve o rompimento com paradigmas coloniais e a valorização das vozes historicamente marginalizadas. Nessa perspectiva, Munsberg e Silva (2018) e Silva Júnior et al. (2022) convergem ao enfatizar que essa transformação não se restringe à mudança de conteúdo, mas demanda uma nova postura pedagógica comprometida com a pluralidade cultural.

Essa compreensão é reforçada por Andrade e Silva Júnior (2022), ao afirmarem que a incorporação da decolonialidade no currículo de Língua Portuguesa enriquece o processo de ensino-aprendizagem e promove maior inclusão social. Desse modo, a transformação curricular surge como um resultado concreto e necessário para a consolidação de uma educação anticolonial e culturalmente responsiva.

Por outro lado, as pesquisas de Gomes e Puresa (2020) e Rodrigues e Silvestre (2021) ampliam o debate ao focalizar as dimensões discursiva e intercultural crítica do ensino da Língua Portuguesa. Gomes e Puresa (2020) mostram que as práticas de letramento escolar têm papel decisivo na formação identitária dos alunos, pois ao reconhecer diferentes representações culturais, o ensino passa a constituir-se como um



espaço de inclusão e resistência. Rodrigues e Silvestre (2021) reforçam essa perspectiva ao apontar que a interculturalidade crítica atua como instrumento de transformação da educação linguística, na medida em que desafia as narrativas dominantes e incentiva a reflexão sobre a diversidade cultural como elemento constitutivo da linguagem.

Ao analisar os trabalhos em conjunto, observa-se um consenso teórico sobre a urgência de uma educação linguística que vá além do ensino técnico da língua e se comprometa com a formação cidadã e crítica dos estudantes. Todos os autores destacam que as práticas pedagógicas tradicionais, centradas em modelos normativos e monoculturais, limitam a capacidade da escola de dialogar com as realidades sociais e culturais dos alunos. Em contrapartida, a adoção de perspectivas interculturais e decoloniais aparece como uma via promissora para a construção de um ensino de Língua Portuguesa mais justo, plural e significativo.

As diferenças metodológicas entre as pesquisas também fornecem contribuições importantes para o campo. Enquanto Barbosa (2019) e Munsberg e Silva (2018) priorizam análises documentais e curriculares, Legramandi (2023), Moreira (2023) e Rodrigues e Silvestre (2021) adotam abordagens empíricas baseadas em entrevistas e observações, evidenciando a relação entre teoria e prática. Essa diversidade metodológica reforça que a decolonialidade no ensino de língua não se limita ao plano teórico, mas se concretiza na práxis pedagógica, no modo como o professor interpreta e atua diante das diferenças culturais.

Portanto, os resultados discutidos revelam um movimento crescente de resistência epistemológica no ensino de Língua Portuguesa, em que os educadores buscam romper com a homogeneização cultural e linguística imposta pela tradição colonial. A discussão entre os autores demonstra que a educação linguística, quando orientada por valores interculturais e decoloniais, tem o potencial de formar sujeitos críticos, conscientes de suas identidades e capazes de interagir de forma ética e solidária em uma sociedade plural. Assim, o conjunto de pesquisas analisadas sustenta a ideia de que a transformação do ensino da Língua Portuguesa depende de uma revisão profunda das práticas, currículos e concepções de linguagem, para que a escola se torne, de fato, um espaço de diálogo e emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou compreender como o ensino da Língua Portuguesa pode constituir-se como uma prática intercultural e decolonial, capaz de reconhecer e



valorizar as diferenças presentes no contexto escolar. A partir da análise bibliográfica, observou-se que a língua, mais do que um instrumento de comunicação, é também uma forma de poder simbólico que pode tanto reproduzir quanto transformar estruturas de desigualdade social, cultural e identitária.

Os resultados demonstram que o ensino tradicional, ainda fortemente ancorado em uma visão eurocêntrica e normatizadora da linguagem, tende a silenciar saberes e expressões de grupos historicamente marginalizados. Os autores analisados convergem ao defender que a decolonialidade e a interculturalidade crítica oferecem caminhos para uma pedagogia da escuta, do diálogo e da valorização das múltiplas vozes que compõem o ambiente escolar. O ensino da Língua Portuguesa, portanto, deve ser compreendido como uma prática social viva, que acolhe a diversidade linguística e promove o empoderamento dos sujeitos por meio do reconhecimento de suas identidades.

Verifica-se também que o papel do professor é central nesse processo, exigindo formação crítica e sensibilidade para lidar com as diferenças de forma ética e transformadora. A docência intercultural não se restringe ao domínio técnico do conteúdo, mas requer compromisso político com a equidade e a justiça social, possibilitando que o espaço escolar se torne um ambiente de diálogo entre culturas e saberes plurais.

No âmbito científico e educacional, este estudo contribui para ampliar o debate sobre práticas pedagógicas que integrem a interculturalidade e a decolonialidade no ensino da Língua Portuguesa. Sua aplicação prática pode inspirar projetos pedagógicos voltados à superação do preconceito linguístico e à construção de currículos mais inclusivos, sensíveis às diversidades presentes na sala de aula.

Todavia, reconhece-se a necessidade de novas pesquisas empíricas que investiguem como essas abordagens têm sido efetivamente incorporadas nas escolas, especialmente na formação docente e nas práticas de ensino. Estudos futuros podem analisar experiências concretas de educação intercultural e propor metodologias aplicáveis a diferentes contextos educacionais.

Portanto, reafirma-se que repensar o ensino da Língua Portuguesa sob uma perspectiva intercultural e decolonial constitui um ato político e educativo voltado à emancipação dos sujeitos e à democratização do conhecimento. Somente por meio do reconhecimento das diferenças e do diálogo entre saberes será possível construir uma educação linguística verdadeiramente plural, crítica e transformadora.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, Wanneska Thaymmá Vieira Silva de; SILVA JÚNIOR, Silvio Nunes da. A perspectiva decolonial como elemento para a (re)construção do ensino de Língua Portuguesa. **Revista Areia**, Maceió, v. 05, n. 06, mai. 2022. Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/rea/article/view/13593>>. Acesso em: 10 set. 2024.

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

BARBOSA, Claudio Sampaio. **Uma Proposta de Reformulação do Ensino de Língua Portuguesa para a Licenciatura em Letras: Língua e Literatura Portuguesa do Parfor/Ufam a partir dos Princípios Linguísticos e Pedagógicos da Educação Linguística**. 2019. 166f. Tese (doutorado em Língua Portuguesa), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22301/2/CI%c3%a1udio%20Sampaio%20Barbosa.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2024.

CANDAU, Vera Maria. Didática Crítica Intercultural e Decolonial: uma perspectiva em construção. In: LONGAREZI, Andréa Maturano; PIMENTA, Selma Garrido; PUENTES, Roberto Valdés (orgs.). **Didática crítica no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2023. p. 208–232

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Cultura e Educação: desafios contemporâneos**. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; RUSSO, Kelly. Interculturalidade e educação na América Latina: uma construção plural, original e complexa. **Revista Diálogo Educacional**, 2010, v. 10, n. 29. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-416x2010000100009&script=sci_abstract>. Acesso em: 10 out. 2024.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, n. 79, ago., 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/es/a/8Cj5XvRTYpN3WNWbMBCbNFK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 10 out. 2024.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículos Sem Fronteiras**, v. 11, n. 02, jul./dez., 2011. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/CurriculosemFronteiras/2011/vol11/no2/15.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2024.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Educação Intercultural e Movimentos Sociais**. João Pessoa: CCTA, 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

GOMES, Rosivaldo; PURESÁ, Marcus Vinicius Ribeiro. Educação inter/multicultural nas práticas do letramento escolar. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Macapá, v.



26, n. 01, 2020. Disponível em: <
<https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/31094>>. Acesso em: 10 set. 2024.

LEGRAMANDI, Aline Belle. **Pedagogias decoloniais e professores de língua portuguesa: a desconstrução da história única na escola**. 2023. 383f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14111987>. Acesso em: 20 mai. 2024.

LOPES, Luiz Paulo Moita. **A Linguística Aplicada e a Educação: um diálogo necessário**. São Paulo: Editora Cortez, 2018.

MOREIRA, Gabriel Gomes Ferreira. **Praxiologias Docentes na Perspectiva Intercultural Crítica e os Desafios de uma Educação Linguística Decolonial**. 2023. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias), Universidade Estadual de Goiás, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UEG-2_9af677a58d226f9c6689be0c41b99995>. Acesso em: 10 set. 2024.

MOITA LOPES, Paulo da (2002). **Identidades fragmentadas: a construção de raça, gênero e sexualidade na sala de aula**

MUNSBURG, João Alberto Steffen; SILVA, Gilberto Ferreira da Silva. Interculturalidade na Perspectiva da Descolonialidade: Possibilidades Via Educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 01, jan./mar., 2018. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/9175/7151>>. Acesso em: 10 set. 2024.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RODRIGUES, Michael Douglas; SILVESTRE, Viviane Pires Viana. Interculturalidade crítica e educação linguística: problematizando (des)invenções. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Goiânia, v. 06, n. 03, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/38340>>. Acesso em: 10 set. 2024.

SILVA JUNIOR, Silvio Nunes da et. al. Decolonialidade e ensino de língua portuguesa: um desafio para a educação escolar na contemporaneidade. **Revista Desenredo**, Passo Fundo, v. 18, n. 02, mai./ago., 2022. Disponível em: <<https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/13671>>. Acesso em: 10 set. 2024.

WALSH, Catherine E. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. TomoII. Quito: Ediciones Abya Yala, 2017

WALSH, Catherine E. **Sobre a Decolonialidade**. Durham: Imprensa da Universidade, 2018.



